

Do quarto de despejo à universidade: Carolina Maria de Jesus na minha formação em psicologia.

From quarto de despejo to the university: Carolina Maria de Jesus to my psychological formation.

Beatriz da Silva Santos

Pesquisadora independente, Brasil

Icó, CE

beatrizsilvas.psi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8855-7919>

Welison de Lima Sousa

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Salvador, BA

welisonls@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1076-6507>

Recebido em: 9 de dezembro de 2025

Aceito em: 23 de março de 2026

Resumo:

Este artigo foi motivado por inquietações durante minha formação, pela ausência de autoras(es) negras(os) como referências na matriz curricular do curso de Psicologia, o que limita a produção de conhecimento baseada em epistemologias subalternizadas. Nesse contexto, analiso os impactos da leitura da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus na formação em Psicologia. Trata-se de uma pesquisa narrativa (auto)biográfica que utiliza trechos da obra em diálogo com minhas inquietações, articulando autoras(es) decoloniais. Entre os atravessamentos pela leitura, destacam-se o reconhecimento da minha identidade como mulher negra e a compreensão da negritude como processo atravessado por relações raciais, sociais e subjetivas. Observa-se que a discussão a população negra é recente na Psicologia e influencia a formação, visto que a distribuição dos temas na matriz curricular revela o que é considerado relevante para a atuação profissional. Ainda há muito a ser (des)construído e (re)inventado no campo acadêmico e na práxis.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Formação em Psicologia. Psicologia Decolonial.

Abstract:

This article was motivated by concerns that emerged during my academic training, particularly regarding the absence of Black authors as theoretical references within the Psychology curriculum, which restricts the production of knowledge grounded in subalternized epistemologies. In this context, the study analyzes the impacts of reading *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* by Carolina Maria de Jesus on Psychology education. This is a narrative (auto)biographical study that draws on excerpts from the book in dialogue with my own concerns, while engaging with decolonial authors. Among the main effects of this reading experience are the recognition of my identity as a Black woman and the understanding of Blackness as a process shaped by racial, social, and subjective relations. The study also highlights that discussions concerning the Black population have only recently gained visibility within Psychology and continue to influence academic training, insofar as the distribution of topics within the curriculum reflects what is considered relevant for professional practice. There remains much to be (de)constructed and (re)invented within both the academic field and praxis.

Keywords: Carolina Maria de Jesus. Formation in Psychology. Decolonial Psychology.

Introdução

Ao longo da minha graduação em Psicologia, fui me dando conta de um incômodo que inicialmente não conseguia nomear, mas que partia da minha percepção em relação às leituras obrigatórias, que em sua maioria, eram pautadas em autores brancos, homens, europeus, distantes da minha realidade. Além de me deparar, apenas na disciplina de Psicologia Social, com discussões sobre raça, surgindo de forma pontual, como conteúdos complementares e não como parte estruturante da formação em psicologia. Embora naquele momento, ainda não compreendesse o efeito dessa ausência, algo tocava a experiência da minha formação.

Esse desconforto começa a ganhar novos sentidos quando participei do “I Colóquio Nacional On-line Outras Psicologias: sofrimento, clínica e diáspora na contemporaneidade”, promovido pela Universidade Potiguar, em 2020. Na época, cursava psicologia em uma instituição privada localizada no interior do Ceará, e foi nesse evento que tive o primeiro contato com a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus. Saí do evento mobilizada e determinada a ler a obra de Carolina por completo. Leitura essa que se deu justamente no momento em que estava pensando no que escrever para o meu trabalho de conclusão de curso.

O diário de Carolina me levou a revisitar a minha trajetória, e ao mesmo tempo, me colocou a olhar criticamente para a minha identidade racial e para a minha formação em psicologia. A cada página lida, eu me perguntava: “e eu não sou uma mulher negra?”. Ao mesmo tempo, também passei a olhar para o modo de escrita de Carolina, a escrita acadêmica, a minha escrita e a me questionar: “pode a subalterna escrever?”.

Quando passo a resgatar as memórias da minha graduação, percebo que vou dando novos sentidos a elas a partir do meu contato com Carolina Maria de Jesus. Lembro, por exemplo, do auditório da clínica-escola da minha faculdade, espaço que era promovido a eventos de psicologia, com profissionais considerados referências importantes na área. Durante muito tempo, a configuração da bancada de profissionais pareceu natural para mim. No entanto, passei a olhar para aqueles rostos/corpos de um outro modo, percebendo que a bancada era composta por profissionais brancos em sua grande maioria. Essa percepção me fez questionar não apenas sobre representatividade, mas também sobre quais pessoas são historicamente reconhecidas como referências

legítimas na produção do saber.

Desse modo, o meu encontro com a autora não produziu apenas uma identificação com a sua narrativa, mas também um olhar crítico à minha formação, seja ela pessoal e profissional. Experiências que antes eram percebidas de maneira isolada, como por exemplo, a ausência de autoras e autores negras(os) na matriz curricular, a predominância de referenciais brancos, entre outras percepções, passam a ser compreendidas por mim como parte de uma estrutura mais ampla da colonialidade do saber.

Ao tentar recuperar memórias durante a minha graduação relacionadas a intelectuais negras, ou debates raciais, encontro na maior parte do tempo lacunas, ausência, silenciamentos, algo que acredito não ser acidental. Essas ausências revelam algo sobre a minha formação, especialmente a forma como determinados temas, corpos, experiências, aparecem de maneira tão sutil, quase como passagens rápidas no percurso acadêmico. Ao revisitar memórias acadêmicas, percebo que os debates sobre raça apareciam de forma pontual, e quando apareciam, concentravam-se em disciplinas específicas e muitas vezes, como conteúdos complementares. Não recorro da presença sistemática de autoras negras nas bibliografias obrigatórias ao longo da graduação, sobretudo em disciplinas consideradas centrais da formação clínica e teórica.

Essa ausência, inicialmente naturalizada por mim, passou a ser percebida como parte de uma organização curricular que produz determinados silenciamentos epistemológicos. É nesse contexto que surge a problemática desta pesquisa: quais os impactos da leitura da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia?

A partir das inquietações que foram surgindo no decorrer da minha formação, me dei conta de que o modo como eu compreendia a Psicologia também precisava ser revisitado historicamente. Com isso, passei a compreender que o ensino da Psicologia no Brasil não pode ser entendido isoladamente de seu percurso histórico enquanto ciência e profissão. Desde sua regulamentação em 1962, a Psicologia foi marcada por influências eurocêntricas, sustentadas por ontologias coloniais que moldaram a forma de compreender a subjetividade e a prática profissional (Lucena Filho; Silva, 2018).

Essa percepção passou a fazer sentido quando passei a revisitar as referências estudadas, os autores considerados clássicos, quais sujeitos são reconhecidos como produtores de conhecimento. O fazer colonial pode ser observado tanto nas matrizes

curriculares quanto na atuação, em que se privilegia um sujeito ideal, homem, branco, europeu, e se invisibilizam experiências e saberes de outros grupos (Anselmo, 2021).

Buscando compreender esses apagamentos, me aproximo das ideias de Quijano (2005) sobre colonialidade, a qual me ajudou a compreender que a exclusão de vozes negras e indígenas na produção de conhecimento não é casual, mas resultado de um padrão de poder que, mesmo após o fim formal da colonização, sustenta relações de dominação política, econômica, cultural e epistêmica, sustentadas pelos colonizadores que se mantêm.

É a partir dessa lógica, dessas formas de relacionamento criadas pela colonialidade, baseadas em raça e na hierarquização das relações, que também se criou uma lógica de valorização e compreensão do conhecimento, que seria uma superioridade epistêmica, ou melhor, a colonialidade do saber (Gomes, 2018). As discussões de Maldonado-Torres (2013), contribuíram para ampliar essa compreensão ao apontar que a colonialidade do saber organiza o campo científico a partir de discursos eurocêntricos considerados superiores, enquanto desqualifica saberes produzidos por indígenas, negros, mulheres, sujeitos subalternizados. Essa lógica é também responsável pela colonialidade do ser, que se refere à experiência vivida da colonização e seu impacto tanto na linguagem quanto na construção da subjetividade, se inscreve nos corpos e subjetividades, produzindo exclusão e inferiorização.

Mais do que compreender um conceito até então abstrato para mim, comecei a perceber como a colonialidade do saber atravessava experiências concretas da minha própria formação. Por exemplo, lembrando agora do auditório da clínica-escola, que era o espaço de todos os eventos e atividades coletivas da Faculdade, lembro que nas paredes tinham imagens de profissionais de diferentes profissões, eram em sua maioria pessoas brancas. Nas imagens relativa à psicologia era um homem e uma mulher, ambos brancos, com roupas formais, e essas imagens estiveram presentes durante toda a graduação, a pele negra não aparecia em cards de eventos, em divulgações de profissionais de sucesso.

Isso também aparecia no corpo docente da Faculdade, quantas docentes de cabelo crespo tive? Naquele momento da graduação, eu não questionava aquela composição racial e intelectual. A naturalização desses espaços majoritariamente brancos também revela os efeitos da colonialidade do saber, na medida em que determinados corpos são historicamente legitimados como produtores autorizados de

conhecimento, enquanto outros permanecem ausentes ou aparecem apenas de forma excepcional. Hoje consigo perceber e questionar, sobre quais corpos, quais vozes são historicamente autorizadas a produção de conhecimento.

Nesse processo, as contribuições de Sueli Carneiro (2005) sobre epistemicídio tornaram-se fundamentais para que eu pudesse entender os silenciamentos que perpassam a minha trajetória acadêmica. Ao discutir o epistemicídio como o apagamento de determinados saberes que não se alinham com os padrões hegemônicos de produção de saber, geralmente europeus e ocidentais, a autora aponta que esse processo produz invisibilidades epistemológicas, ao mesmo tempo em que promove e reafirma a hegemonia das epistemologias europeias e norte-americanas. A autora reforça, ainda, que o epistemicídio é um dos pilares do racismo, pois não se limita à exclusão material, mas implica também uma exclusão simbólica e intelectual.

Dessa forma, passei a ver a universidade, não apenas como um espaço de formação profissional, mas também esse espaço de produção e exercício da colonialidade do saber, quando não busca uma perspectiva crítica e contextualizada de seus currículos, aprofundando o racismo epistêmico e o epistemicídio (Jacinto *et al.*, 2023).

Foi a partir desses silenciamentos que as perspectivas do feminismo decolonial passaram a fazer sentido para mim. As contribuições de Maria Lugones (2014), ao denunciarem a invisibilidade histórica das mulheres negras tanto nos movimentos feministas quanto nos movimentos negros, contribuíram para que eu pudesse entender que raça, gênero e classe não devem ser analisados de forma separada.

Desse modo, a interseccionalidade, conceito este desenvolvido por intelectuais negras como Kimberlé Crenshaw e aqui discutido a partir das contribuições de Carla Akotirene (2018), evidencia o pluralismo do sujeito, sobretudo da mulher negra, e as lutas múltiplas que marcam sua experiência, sendo a colonialidade grande responsável pela ascensão do racismo e sexismo institucionais contra identidades produzidas. Nesse sentido, a Psicologia precisa deslocar-se de uma prática neutra e universalizante para uma prática ética e política.

Mesmo reconhecendo que a universidade brasileira tenha passado por transformações importantes nas últimas décadas, especialmente a partir da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e da Lei nº 12.711/2012, que instituiu a política de cotas nas universidades

federais, os efeitos da colonialidade do saber permanecem presentes nos currículos e práticas acadêmicas.

A ampliação do acesso da população negra ao ensino superior representou um avanço significativo no enfrentamento das desigualdades históricas, mas não garante, por si só, a transformação das epistemologias que sustentam a formação universitária. Nesse contexto, a permanência de referenciais majoritariamente eurocêtricos evidencia que o debate sobre diversidade racial não implica necessariamente uma revisão crítica das bases de produção do conhecimento.

Foi nesse cenário que surgiu a minha inquietação durante a graduação em Psicologia. Aos poucos foi ficando impossível sustentar uma ideia de neutralidade universalizante na psicologia. Passei, assim, a compreender a necessidade de uma psicologia ética, política e comprometida com epistemologias historicamente silenciadas e com outras possibilidades de existência.

Assim, para mim, falar em Psicologia, é falar também de descolonizações epistêmicas: revisitar teorias, práticas e problemáticas a partir do lugar de quem escreve, de onde escreve e para quem escreve. Esse exercício me implicou não só como pesquisadora, mas também como mulher negra em formação, que encontra na escrita um espaço de resistência e reexistência.

É nesse contexto que este artigo analisa quais os impactos da leitura da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia, refletindo sobre os deslocamentos diante das exclusões produzidas pela colonialidade e abrindo espaço para epistemologias negras. Nesse caminho, proponho refletir sobre as contribuições da narrativa de Carolina Maria de Jesus para a construção de um olhar crítico na Psicologia; analisar como essa experiência de leitura marca minha trajetória formativa em sua dimensão ética, política e social; e contribuir para o campo científico da Psicologia com uma escrita que emerge das margens e que reconhece a força das narrativas que foram historicamente silenciadas, afirmando a pesquisa narrativa (auto)biográfica como um ato político.

Metodologia

Este estudo constitui-se como uma pesquisa narrativa (auto)biográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Escolher a pesquisa narrativa não foi somente uma decisão metodológica, mas um movimento político. Ao escrever sobre minha formação, compreendo que o conhecimento se tece a partir das experiências, dos afetos e das memórias que me atravessam, e não somente por meio de dados objetivos.

Essa escolha implica reconhecer uma epistemologia contra-hegemônica, que desafia os modos tradicionais de produção de saber pautados na neutralidade, na objetividade e na hierarquização entre sujeito e objeto (Fasano, 2016). Ao colocar a experiência e a subjetividade como fontes legítimas de conhecimento, o estudo alinha-se a perspectivas que reivindicam outros modos de saber, situados, encarnados e implicados, em que o saber emerge do encontro entre quem pesquisa e aquilo que é pesquisado. Nessa perspectiva, as autoras Santos, Cavalcante e Oliveira (2024) afirmam que a efetivação de uma ação contra-hegemônica constitui-se também como instrumento de enfrentamento às estruturas de poder, ao passo que questiona verdades apresentadas como universais ou científicas e sustenta uma postura crítica diante das ideologias dominantes e de suas formas de dominação.

Assim, ao adotar uma epistemologia contra-hegemônica, esta pesquisa também se materializa em um modo de fazer que reconhece o lugar da experiência e da subjetividade como caminhos legítimos de produção de saber. Nessa direção, assumir uma pesquisa (auto)biográfica significa também o encontro com inúmeras possibilidades nas quais o meu eu pessoal dialoga com o meu eu social, ou seja, ao mesmo tempo em que sou autora, também sou narradora do texto, e por meio da autoescuta é possível sinalizar ao mundo questões consideradas relevantes. É com base nessa perspectiva que a pesquisa (auto)biográfica é considerada um dispositivo na medida em que proporciona à pessoa que escreve refletir sobre seu percurso de formação, seja ele formal, não formal ou por meio das experiências ao longo da vida (Passeggi; Souza; Vicentini, 2011).

Assim, o processo metodológico se iniciou com a leitura integral da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. Durante a leitura, destaquei os trechos pelos quais fui sendo atravessada por inquietações e afetos. Não selecionei de forma distante ou técnica, mas a partir daquilo que me mobilizou e

ressoou em minha própria história, seja por provocarem afetos, seja por evocar memórias de minha trajetória acadêmica. Esses fragmentos foram então articulados às contribuições de autoras e autores decoloniais e estudiosos(as) das questões étnico-raciais.

Ao escrever, percebi que a narrativa (auto)biográfica me permitia transformar a leitura em reflexão formativa e política, reconhecendo, como afirma Ferreira (2015), que esse tipo de estudo tem como uma das vantagens a aproximação do que é real, do relato de experiência, em que essas narrativas geram impacto significativo no contexto social ao tratar de fatos vivenciados, experienciados por pessoas comuns, presentes nas margens. Esses registros foram fundamentais para que eu pudesse entrelaçar a narrativa de Carolina às minhas próprias narrativas, compondo um material que não é neutro, mas implicado.

A abordagem qualitativa reforça essa implicação, uma vez que ela privilegia a compreensão dos fenômenos subjetivamente, considerando histórias de vida, pesquisa participante, historiografias, pesquisa-ação, etc., na qual é utilizado como ferramentas além da interpretação e descrição do contexto do objeto, textos, fotografias, diários de campo, registro de depoimentos, entre outros instrumentos (Lima, 2018). Tal perspectiva mostra-se favorável em estudos que abordam experiências pouco exploradas e processos sociais emergentes (Kerr; Kendal, 2013). Também por isso, o caráter exploratório se fez necessário: falar dos impactos da obra de Carolina Maria de Jesus em minha formação significou caminhar por um território ainda pouco discutido na Psicologia, ampliando familiaridade com o objeto e abrindo espaço para novas perguntas (Gil, 2008).

Assim, esta metodologia é também a expressão de um encontro entre a escrita de Carolina Maria de Jesus, que denunciou a fome, a exclusão, racismo, epistemicídio, e a minha escrita, que busca afirmar a legitimidade das epistemologias negras e decoloniais na Psicologia. Escolher esse caminho significou assumir a narrativa (auto)biográfica como uma forma de conhecimento que nasce da vida, da memória e da experiência, que se inscreve, ao mesmo tempo, como pesquisa e como ato político.

E eu não sou uma mulher negra?

Ao ingressar no curso de Psicologia, no segundo semestre de 2016, minhas leituras passaram a se orientar por uma perspectiva mais técnica e diretiva. Durante o oitavo semestre, fui convidada a participar de um sarau virtual, no qual a escolha do texto a ser recitado era livre, e escolhi um poema de Bráulio Bessa. Neste evento, fui questionada sobre quais autoras(es) faziam parte das minhas leituras. Respondi a partir das referências que tive no meu ensino médio, majoritariamente compostas por homens brancos. Esse questionamento me provocou um desconforto e levou-me a refletir sobre minhas escolhas. Percebi que não havia mencionado nenhuma mulher, tampouco uma mulher negra. Me senti mobilizada, desde então, à busca por obras de autoras negras, ainda que, naquele momento, sem priorizar tais leituras. Foi nesse percurso que entrei em contato com a obra de Carolina Maria de Jesus, cuja escrita produziu importantes atravessamentos em minha formação e nas reflexões que sustentam este trabalho, portanto, irei apresentá-la e de como fui atravessada por sua narrativa.

Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914, em Sacramento–MG, em uma família humilde. Frequentou somente até a 2ª série, onde aprendeu a ler e escrever, desenvolvendo o gosto pela leitura e pela escrita, mas sua escolarização foi interrompida precocemente. Mudou-se para São Paulo, onde exerceu diversos trabalhos e enfrentou grandes dificuldades, sobretudo após a maternidade. Vivendo na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, Carolina criou seus três filhos em meio à fome e à precariedade, sobrevivendo como catadora de papel. Nessa rotina, aproveitava cadernos descartados que encontrava no lixo para registrar seu cotidiano, já com a intenção de publicar um livro que denunciava as injustiças da favela (Literafro, 2025).

Foi nesse contexto que seus escritos foram descobertos pelo jornalista Audálio Dantas, que organizou e editou os manuscritos, resultando na publicação de Quarto de Despejo: diário de uma favelada, em 1960. A obra, de caráter testemunhal, narra a luta diária contra a fome, a exclusão e o racismo, revelando a experiência de uma mulher negra, mãe solo e periférica, que usou a escrita como resistência. Sua trajetória evidencia tanto as adversidades de uma vida marcada pela pobreza quanto a potência de uma voz historicamente silenciada, cuja escrevivência desloca fronteiras entre literatura, política e denúncia social (Literafro, 2025).

A obra de Carolina Maria de Jesus possui caráter testemunhal, registrando as

inúmeras dificuldades enfrentadas no cotidiano da favela, tanto por ela quanto por outros moradores. Relata os obstáculos específicos decorrentes de sua condição de mulher, negra e mãe solo de três filhos, que precisou buscar formas alternativas de sustento. A luta diária contra a fome tornou-se uma marca central de sua escrita, evidenciada pelo fato de que os cruzeiros obtidos com a coleta de papéis e outros materiais eram insuficientes para garantir o sustento básico da família (Pinangé *et al.*, 2020).

A escrita preta, direta e potente de Carolina Maria de Jesus provocou em mim uma profunda inquietude, levando-me a questionar minha identidade racial e a rememorar experiências pessoais. Cresci ouvindo meus pais e amigas(os) se referirem a mim como parda, uma perspectiva que acabei reproduzindo em outros contextos. No terceiro semestre da faculdade, durante uma aula de filosofia, a professora dirigiu-se a mim, afirmando que não me considerar uma mulher negra seria um equívoco. Naquele momento, a palavra que vinha à minha mente era “parda”, e sentia incômodo quando era identificada como negra, sensação que percebi ao ler a obra de Carolina. Surgiu, então, o questionamento: o que não faz de mim uma mulher negra? Ao refletir sobre a trajetória de Carolina, inicialmente me distanciei, considerando que, para ser reconhecida como negra, não deveria frequentar uma faculdade particular ou ocupar determinados espaços, me vendo como uma pessoa privilegiada. Essa percepção está relacionada ao fenômeno do colorismo ou pigmentocracia.

Segundo Devulsky (2021), o colorismo descreve como as discriminações variam segundo o tom de pele e os traços físicos das pessoas. Entre indivíduos negros ou afrodescendentes, o tratamento e as oportunidades podem ser diferentes dependendo da pigmentação da pele, da textura do cabelo ou do formato do nariz e da boca, ou seja, traços associados à negritude. Pessoas de pele mais clara tendem a ser mais aceitas em certos ambientes e, por vezes, consideradas brancas, embora continuem sendo negras. Para compreender melhor esse movimento, é importante situá-lo, ainda que brevemente, no contexto das políticas raciais no Brasil e no histórico processo de embranquecimento.

Desde o período colonial, o Brasil foi atravessado por discursos raciais que afirmavam que o país não poderia se desenvolver por estar habitado por raças tidas como inferiores, o que daria origem a mestiços e pardos. Com base nessa ideia, autoridades começaram a pensar em soluções para garantir o futuro da nação. A

resposta encontrada foi o projeto de embranquecimento da população, que incentivou a vinda de povos europeus, brancos, considerados raças superiores, para o território brasileiro (Munanga, 2019).

A miscigenação de diferentes etnias resultou em uma sociedade marcada por diversos tons de pele. Contudo, aquilo que inicialmente foi apresentado como positivo para a formação de um povo revelou, na realidade, os preconceitos, as violências, já presentes desde o processo de colonização. Nesse contexto, o colorismo emerge como uma forma de discriminação baseada na cor da pele: quanto mais escura e pigmentada a pele, maiores as possibilidades de exclusão e preconceito. Assim, a tonalidade da pele passou a definir a maneira como a sociedade tratava determinados corpos, independentemente de sua origem racial (Devulsky, 2021).

Esse pensamento permanece atualmente, produzindo uma segregação identitária entre pessoas negras e favorecendo o surgimento de nomenclaturas consideradas socialmente “aceitáveis”, como parda, morena ou mulata. Segundo Schucman (2023), esse processo opera pela negação do racismo e pela manutenção da ideia de uma suposta democracia racial. Nesse contexto, é importante destacar que pessoas de pele mais clara, cujas características se aproximam do padrão estético imposto socialmente, também sofrem preconceito, opressão e racismo, embora tais violências costumam se manifestar de forma mais sutil ou branda.

A partir dessa compreensão, meu questionamento foi sendo modificado após a leitura da obra de Carolina Maria de Jesus e a tomada de consciência sobre o processo em que me encontrava. Lembrei-me do discurso de Sojourner Truth, escritora, abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres, proferido durante a Convenção dos Direitos da Mulher, nos Estados Unidos. Ouviu pastores afirmarem que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, porque Jesus era homem e porque a primeira mulher havia sido pecadora. Em resposta, Truth proferiu seu famoso discurso “E eu não sou uma mulher?”, em que já apontava as múltiplas formas de ser mulher e a necessidade de um feminismo que reconhecesse as intersecções entre raça, gênero e sexualidade (Geledés, 2014).

O discurso de Sojourner Truth e a discussão sobre o colorismo fizeram com que o meu questionamento inicial fosse modificado, tornando-se: e eu não sou uma mulher negra? Neusa Santos (2021), em Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social, discute que o processo de tornar-se negro(a) se

dá no momento em que o indivíduo toma consciência das ideologias que o aprisionam em uma imagem alienada. Trata-se de um processo inacabado, em constante construção, um vir-a-ser contínuo que exige desconstruir preconceitos internalizados e de pensamentos que, muitas vezes, tendem a embranquecer a mente.

Carolina sempre teve consciência de sua negritude, assumindo-a, orgulhando-se, conforme o trecho abaixo:

[...]. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (Jesus, 2014, p. 64-65).

Ao me deparar com esse trecho de Carolina, percebo que meu desconforto em ser identificada como negra não era individual, mas atravessado por uma lógica de embranquecimento e negação racial. Enquanto Carolina afirmava sua negritude com orgulho, falava sobre o seu cabelo, eu revisitava memórias as quais buscava categorias socialmente mais aceitáveis, como “parda” ou “morena”, ou na busca por “baixar o volume” do meu cabelo com alisamentos, algo que desde cedo eu escutava e tomava como uma verdade. O encontro com sua escrita, tornou-se também o meu encontro com aquilo que eu ainda evitava reconhecer em mim. Diante desse encontro, atravessada por inquietações e mobilizações, percebo o meu próprio processo de negritude: um olhar crítico sobre minha identidade e os modos de subjetivação. Esse movimento convoca a reconhecer as múltiplas possibilidades de ser, que não se ajustam a categorias isoladas, mas demandam um olhar interseccional dos marcadores sociais de gênero, raça e classe.

Ser mulher, negra, pobre, periférica...tudo isso ao mesmo tempo, e nunca separadamente. Esses marcadores se entrelaçam e se atravessam construindo efeitos concretos sobre os lugares que podemos ocupar no mundo. Como bem aborda Gayatri Chakravorty Spivak (2010), a representação desse sujeito colonizado, em que esses processos de subjetivação colocam à margem os não-europeus, negros, mulheres, indígenas, possibilita surgir um ser subalterno, cuja fala é frequentemente mediada, apropriada ou deslegitimada pelas estruturas coloniais de poder.

Em minha trajetória, isso se manifesta no medo recorrente de questionar e perguntar, na autocobrança excessiva e na sensação persistente de estar “atrasada” em relação ao que deveria saber, como se perguntar fosse sinal de incapacidade ou inadequação. Até mesmo, no receio de escrever um texto que será publicado, isso que faço agora.

O sujeito subalterno feminino é colocado em uma condição ainda mais opressora, ao haver uma intersecção entre raça, gênero e classe social. E Carolina traduz isso em cada página de sua obra, onde o peso desse lugar social se revela em sua vida e em sua escrita:

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a história do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria. Então dizia para minha mãe: — Porque a senhora não faz eu virar homem? Ela dizia: — Se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem. Quando o arco-íris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciando. Igual os políticos distantes do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não Deve Chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para mamãe: — O arco-íris foge de mim nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais (Jesus, 2014, p. 53-54).

A partir dessa compreensão, a trajetória de Carolina evidencia as lutas múltiplas enfrentadas por ser mulher, negra, periférica, privada do direito de falar por si e sobre si. Considerando seu interesse pela escrita, as chances de reconhecimento enquanto escritora representativa desse contexto pareciam mínimas. Contudo, ainda é necessário problematizar até que ponto há, de fato, o reconhecimento de Carolina como escritora, quais muros foram atravessados por meio de sua escrita e quais lugares são permitidos à sua escrevivência.

Pode a subalterna escrever?

Ao me deparar com Quarto de despejo, não consegui deixar de me perguntar: por que Carolina não apareceu de forma sistemática em minha formação curricular?

Nem nas disciplinas, nos grupos de estudo, nos eventos acadêmicos da minha faculdade, por exemplo. Sua escrita atravessa feminismo, racismo, desigualdades sociais, sofrimento psíquico, tudo de maneira potente e indispensável. Mas ela escreve de outro modo, fora do modelo colonizado e científico que ainda predomina. E é como lembra Veiga (2020): no mundo acadêmico, tudo que parece não-científico provoca arrepios.

Aproximar-me da escrita de Carolina também me fez acessar a potência política daquilo que Conceição Evaristo (2020) nomeia como *escrevivência*, que é definida como a escrita de mulheres negras sobre suas próprias vivências, uma escrita encarnada, das memórias, daquilo que chega no próprio corpo, de modo que articula memória, cotidiano e denúncia social. Assim, não se trata apenas de narrar as próprias experiências, mas transformar nossas vivências historicamente silenciadas em produção de conhecimento e assim, resistência.

Ao iniciar esta pesquisa narrativa (auto)biográfica, comecei a perceber que escrever sobre minha própria trajetória formativa, e sobre os deslocamentos produzidos pela leitura da obra *Quarto de Despejo*, também significava disputar um território, reivindicando a legitimidade de nossas narrativas dentro da universidade.

Contudo, esse reconhecimento não eliminou os bloqueios no decorrer da minha escrita, advindos da minha própria formação acadêmica. De início, senti bloqueio, achando que escrever minhas experiências não poderia ser considerado científico ou publicável. A escrita, muitas vezes, parece precisar ser rígida e impessoal.

Grada Kilomba (2019) aponta que essa exigência não é neutra, mas expressão de uma herança colonial que determina quais vozes e saberes são considerados legítimos. Ao impor um padrão eurocêntrico de linguagem, a academia busca silenciar narrativas negras, femininas e periféricas, classificando-as como subjetivas ou pouco científicas. Para a autora, romper com esse modelo significa reivindicar uma escrita situada e engajada, que se constitui como espaço de resistência diante do racismo estrutural.

As reflexões de Grada Kilomba (2019) fazem com que fique ainda mais evidente de que esse desconforto não se tratava de algo individual, mas de uma estrutura acadêmica que define quais sujeitos podem falar, escrever e produzir conhecimento. A trajetória de Carolina mostra isso de forma concreta, quando passa a ter sua escrita constantemente desvalorizada: por ser mulher, negra, favelada, pobre e

por não se encaixar nos padrões coloniais da escrita. Como destacam Amorim e Oliveira (2020), um dos motivos está no fato de sua narrativa ser marcada pelo cunho pessoal. Carolina relata a dor dessas recusas: “É uma pena você ser preta”, ouviu ao apresentar peças a diretores de circo (Jesus, 2014, p. 64). Mais tarde, quando seus originais retornaram dos Estados Unidos, ela escreveu: “Cheguei na favela. Triste como se tivesse mutilado os meus membros. [...] A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra” (Jesus, 2014, p. 154).

De acordo com Alós (2009), o gênero pessoal é nomeado de “literatura menor”, textos esses marginalizados, renegados no campo da literatura, a partir de fatos, experiências do(a) autor(a). Ora, o que teria a dizer uma mulher negra com apenas dois anos de escolarização? A narrativa feminina, quando não é totalmente silenciada, é direcionada a gêneros considerados inferiores, como diários, anotações, etc. (Coronel, 2014). Assim, questiono, portanto, o que teria Carolina, com uma obra de gênero pessoal, a contribuir com a Psicologia, sobretudo com o meu processo de formação?

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) lembra que ainda carregamos uma Psicologia hegemônica, moldada pelo racionalismo moderno, pela ideia de conhecimento universal e por dicotomias rígidas: normal e patológico, alma e corpo, razão e emoção. Nesse cenário, corpos e saberes de mulheres, negras, periféricas, pessoas com deficiência, de todos aqueles que não se encaixam no modelo eurocêntrico, foram sistematicamente deslegitimados e violentados (Carvalho; Costa, 2021).

Até aqui, tenho falado da ausência de mulheres negras como referência teórica na graduação, mas percebo que a questão é ainda mais ampla. Discussões sobre racismo, feminismo negro, saúde mental da população negra, sobretudo de mulheres negras, quase não tiveram espaço. Quando surgiam, era superficialmente, em poucas disciplinas, e só mais próximo do final do curso. Assim, passo a me questionar com que compromisso ético-político parte a atuação da categoria, quais princípios e teorias vêm sendo discutidas, como são abordados os diversos sofrimentos psíquicos, quais ferramentas estão disponíveis para intervir no campo das relações raciais e seus mais diversos contextos. Levanto essas questões não com a pretensão de respondê-las, mas para serem provocações para reflexões e pesquisas futuras.

Nesse momento, diante dessa breve discussão apresentada, cabe enfatizar o que implica esse silenciamento da Psicologia frente à população negra, ao feminismo decolonial e quais os efeitos disso na formação e atuação.

Silenciar-se revela a presença de um pacto de omissão e cumplicidade da Psicologia com a opressão, sustentado pela ideia de democracia racial. Ao revisitar a minha formação, percebo que esse “silêncio institucional” aparecia tanto na ausência de debates raciais, quanto na pouca presença de intelectuais negras nos currículos da graduação. Nesse sentido, as reflexões de Cida Bento (2022) sobre o pacto narcísico da branquitude, ajudam a entender a presença de um acordo, ainda que não verbalizado, entre pessoas brancas em manter silêncio sobre os privilégios da branquitude. Silêncio esse que se manifesta na violação de direitos, na exclusão de determinados corpos, e em negligências que vão contra o código de ética profissional da psicóloga.

A Psicologia foi regulamentada como ciência e profissão em 1962, mas as discussões sobre a população negra e o racismo passaram a ganhar espaço nos Conselhos Regionais de Psicologia somente a partir dos anos 2000 (CFP, 2017). São anos de exclusão que ainda reverberam atualmente, sendo necessários esforços para romper com essa lacuna nas práticas e nos debates institucionais.

A minha preocupação é: que compromisso pode-se ter com a população negra se não há espaços para esse debate na formação? Como posso acolher o sofrimento da pessoa negra, de uma mulher negra, se não discuto sobre isso? Considerando a minha formação, foi pautada por uma psicologia de silenciamentos e de uma psicologia limitada, direcionada aos transtornos mentais, patologias, avaliação psicológica, abordagens, etc., e não quero desconsiderar isso, mas a psicologia não é constituída somente por isso, e quando esse movimento acontece é evidente perceber o que é considerado mais relevante para a atuação profissional na perspectiva institucional.

Cabe observar que a distribuição e frequência dos temas compostos na matriz curricular, denunciam o que provavelmente será considerado relevante pelas(os) psicólogas(os) formadas(os) (CFP, 2017), considerando não um processo cristalizado, podendo surgir o interesse em tais temáticas após a formação acadêmica, mas que a academia deve proporcionar a construção de conhecimento, de saberes, práticas, sobre diversos assuntos referentes ao cotidiano/realidade dos indivíduos, considerando a pluralidade humana, sobretudo no campo da Psicologia. Essas questões vêm ao encontro das nossas intervenções, o nosso olhar para aquele que chega na clínica, nas políticas públicas, e para qual lugar de fala nossa escuta está mais direcionada.

Carolina Maria de Jesus quebrou silêncios dentro do seu possível, mas quantos silêncios teremos ainda que romper na graduação, na atuação profissional e em tantos

outros espaços? Recordo-me do 6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental do qual participei em 2018 em Brasília-DF. Após as exposições dos profissionais convidados, o debate foi aberto ao público. Entre estudantes, pesquisadoras(es) na área, profissionais, usuárias(os) dos serviços de saúde mental, um homem em situação de rua, assim apresentado por ele, pediu a palavra para relatar não apenas sua experiência com os serviços de saúde mental, mas sua própria experiência no mundo. No entanto, teve sua fala interrompida antes mesmo de concluí-la:

“Se você está inserido numa sociedade doente e você não faz nada, só fala, fala, fala, fala, você não só está doente...[interrompido] você não só está doente... eu tô terminando, quero terminar mas é sempre assim...vocês...se você está inserido numa sociedade doente e não faz nada, você não está doente. Você é a própria doença...” (ZÉ QUALQUER¹).

Ao presenciar a interrupção da fala de uma pessoa em situação de rua em um congresso sobre saúde mental, tornou-se evidente a dificuldade de legitimar experiências sociais marginalizadas em espaços institucionais, não só na sociedade em geral, mas também nos espaços acadêmicos e institucionais. Embora o público tenha reagido com aplausos e palavras de apoio, a cena revelou como o direito à fala não garante, necessariamente, o direito à escuta. Esse episódio mobilizou reflexões sobre quantas vezes a Psicologia, em sua formação e prática, efetivamente produz espaços de escuta para populações historicamente vulnerabilizadas, seja por meio da fala verbalizada, seja por outras formas de expressão, como a escrita, por exemplo. Percebo em minhas memórias que tais espaços foram escassos no decorrer da minha formação. Isso me levou a questionar como o lugar da experiência pode validar uma fala? E, ainda mais, como o nosso modo de escutar pode fortalecer ou negar a ideia de lugar de fala?

As discussões sobre o lugar de fala se fortalecem a partir das contribuições do feminismo negro e de autoras que problematizam os efeitos das desigualdades raciais, de gênero, e classe na produção de conhecimento e na legitimidade dessas vozes. Foi sendo aprofundado por autoras como Djamila Ribeiro, bell hooks e Sueli Carneiro. Ribeiro (2017) lembra que todas as pessoas têm lugar de fala, mas isso não deve se confundir com representatividade. Diferentes sujeitos, a partir de suas posições sociais, podem e devem falar sobre opressão, mas não para falar “por”, e sim para falar “com”,

¹ Nome fictício, por questões éticas. Mencionado por Carolina Maria de Jesus, referente ao catador de papel, na qual morreu e foi sepultado como Zé Qualquer, pois ninguém procurou saber seu nome.

falar junto. Mombaça (2017) amplia esse debate quando provoca: mais importante do que perguntar se podemos falar é pensar se somos capazes de escutar, e quem estamos dispostos a escutar. Na Psicologia, cuja principal ferramenta é a escuta, essa provocação é essencial: afinal, para quais vozes temos aberto nossos ouvidos?

A leitura da obra Quarto de despejo evidencia a grandeza da experiência como narrativa política, rompendo com o pacto de silenciamento imposto pela epistemologia hegemônica. Ao escrever com Carolina, reconheço que narrar é também um modo de disputar o currículo e inscrever experiências que a Psicologia acadêmica costuma relegar ao silêncio.

Essa força também se revela nas palavras escritas por Carolina em 21 de maio de 1958, frente ao descaso e à fome: “Isso não pode ser real no paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais” (Jesus, 2014, p.40). Ao ler esse trecho, a pergunta veio quase automática: e a Psicologia, Carolina?

Historicamente, a Psicologia atuou para enquadrar sujeitos em normas, reforçando silenciamentos e hierarquias, ressoando em práticas atuais ainda marcadas por dicotomias como normal/patológico e saúde/doença. Essa crítica se conecta à clínica contemporânea. Portanto, torna-se urgente pensar em uma clínica descolonizada, que se afasta da pretensão de descobrir ou saber mais sobre o sujeito do que ele próprio, reconhecendo não haver territórios a serem descobertos, mas sim encontros mediados por uma escuta com alteridade.

Gorjon, Mezzari e Basoli (2019) destacam o conceito de alteridade, compreendido como o reconhecimento de que não podemos existir sem o(a) outro(a). As autoras afirmam que a escuta com alteridade ultrapassa a simples escuta de falas, envolvendo também o acesso e a valorização de teorias e produções elaboradas por populações historicamente oprimidas, em especial por mulheres negras, no contexto deste estudo. Nessa direção, quando a Psicologia se aproxima das perspectivas do feminismo decolonial, promove um engajamento ético e político capaz de tensionar seus próprios fundamentos.

Carvalho e Costa (2021) lembram que precisamos valorizar os conhecimentos historicamente apagados. É isso que abre espaço para novas narrativas contra o epistemicídio e as múltiplas violências que mulheres negras e não europeias têm vivido.

Reconhecer as interseccionalidades é essencial para compreender a complexidade das demandas que chegam até a Psicologia. Se não reconhecemos essas particularidades de dominação, corremos o risco de repetir as mesmas práticas coloniais. Com isso, nossa atuação precisa estar sustentada na “responsabilidade social, análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005).

Enquanto me debruçava sobre o dia a dia de Carolina, perguntava-me a todo instante por quantas Carolinas serei atravessada e qual é o meu compromisso enquanto mulher, negra, psicóloga. O que posso dizer é que o mundo é feito de inúmeras Carolinas, constantemente inviabilizadas, silenciadas, violentadas. É preciso estarmos atentas(os) a essas vozes, ir ao encontro dessas inúmeras Carolinas. Mais do que tudo, é preciso fazer a academia escutar essas, as nossas vozes.

Considerações finais

Este artigo analisa quais os impactos da leitura da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus na minha formação em Psicologia. Mais do que um exercício teórico, foi um mergulho em atravessamentos pessoais e profissionais. A cada página, a obra me deslocava, me fazia rever minha própria trajetória e pensar no quanto minha formação foi marcada por silenciamentos, ausências e também por encontros que se tornaram fundadores.

Carolina me inquietou profundamente. Sua narrativa me convocou a olhar para a minha trajetória, a assumir minha identidade como mulher negra e a reconhecer o caráter político da escrita como resistência. Ela também me apresentou uma Psicologia urgente: uma Psicologia que não pode mais se manter cúmplice do racismo, sexismo, epistemicídio, sustentada por uma tradição eurocêntrica que define como padrão uma realidade que não contempla a pluralidade humana. Percebi como a ausência de autoras negras e feministas na matriz curricular reflete diretamente em nossa prática, no modo como escutamos ou validamos a fala do outro.

Esse percurso só pôde ser compreendido pela via da narrativa (auto)biográfica, que se mostrou não somente adequada, mas necessária e urgente. Narrar minha formação em diálogo com Carolina foi assumir a pesquisa narrativa como epistemologia capaz de colocar em cena outras possibilidades de conhecimento, rompendo silenciamentos e produzindo resistências. É nesse exercício que a narrativa se

revela potente: como epistemologia que acolhe a complexidade do vivido.

A escrita foi a arma de Carolina contra o silêncio, e ainda há muitos silêncios a serem rompidos, principalmente na academia. Ao escrever esta pesquisa, busquei também romper silenciamentos: não terceirizar vivências, mas me apropriar delas, reconhecendo a potência que carregam. Perguntei a mim mesma muitas vezes: por que não encontrei Carolina no início da minha graduação? Hoje só consigo desejar que Carolina, e tantas outras Carolinas, saiam dos quartos de despejo e ocupem a universidade, abrindo caminhos para uma Psicologia que sai do centro e se move para as margens, uma Psicologia decolonial.

O percurso também me mostrou que a formação em Psicologia é também uma disputa de narrativas sobre o que é ou não é conhecimento. Quando afirmo ser urgente a presença de Carolina e das inúmeras Carolinas na formação, digo que acadêmicas(os), docentes, podemos e devemos ocupar essas disputas. Podemos trazer outras epistemologias, discutir as emergências sociais e criar coletivamente espaços de debate e ação, tanto dentro quanto fora da universidade. Nossa atuação precisa estar comprometida com uma ética viva, que se desdobre em práticas concretas.

Não concluo este trabalho como quem fecha uma porta; o que apresento são provocações, e não respostas definitivas. Há muito ainda a ser (des)construído e (re)inventado no campo da Psicologia, tanto na academia quanto na prática profissional, mas também no campo formativo em geral. Que esta (auto)biografia mobilize inquietações em graduandas(os), docentes e demais profissionais, que incentive novas formas de produzir conhecimento e de fazer Psicologia. Uma psicologia plural, crítica e comprometida.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Letramento, 2018.

AMORIM, Rayanne Caroline da Silva; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. *A escrita de Carolina Maria de Jesus como instrumento de intervenção política*. In: OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; MESQUITA, Marcos Ribeiro; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo (org.). *Feminismo, psicologia e resistências contemporâneas*. Maceió: EDUFAL, 2020. p. 156-175.

ANSELMO, A. dos S. *Os impactos da colonização: epistemicídios na Psicologia*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 13, n. 35, p. 441-463, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/917>. Acesso em: 2 out. 2025.

ALÓS, Anselmo Peres. *Literatura e intervenção política na América Latina: relendo Rigoberta Menchú e Carolina Maria de Jesus*. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 38, p. 139-162, 2009. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/38/artigo8.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711. Acesso em: 17 maio 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Lina Ferrari de; COSTA, Lanna Carolyna Vieira da. *Para não deixar a tinta coagular na caneta: feminismos decoloniais e Psicologia*. In: NETO, José Maria Neto (org.). *Gênero, mulheres, raça e classe afroindígena-latino-americanos*. Sobral: Editora Faculdade Luciano Feijão, 2021. p. 101-138.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia-1.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais*. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP_PovosTradicionais_web.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. In: DUARTE, Constância Lima.; NUNES, Isabella Rosado. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte, Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 48-57.

FERREIRA, Luiz Carlos Pinheiro. *Mo(vi)mentos autobiográficos: historiando fragmentos narrativos de experiências de vida docente e discente em artes visuais*. 2015. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

LUCENA FILHO, Everaldo Lauirtzen; SILVA, Isis Lima da. *O processo de colonização e os possíveis impactos na Psicologia da atualidade*. *Revista Psicologia e Saberes*, João Pessoa, v. 7, n. 9, p. 107-117, 2018. DOI: <https://doi.org/10.33333/ps.v7i9.857>.

FASANO, Edson. *Pensamento contra-hegemônico: epistemologia freireana e pedagogias do Sul*. *Educação & Linguagem*, São Bernardo do Campo, v. 19, n. 1, p. 223-243, 2016.

GELEDÉS. *E não sou uma mulher?* – Sojourner Truth. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 25 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Geisiane Anatolia. *Decolonialismo e crítica à história única: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

GORJON, Milena Garcia; MEZZARI, Danielly Christina de Souza; BASOLI, Laura Pampana. *Ensaçando lugar de escuta: diálogos entre a Psicologia e o conceito de lugar de fala*. Quaderns de Psicologia, Barcelona, v. 21, n. 1, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1455>.

JACINTO, Pablo Mateus dos Santos; SANTOS, Joseane Vilarino da Cruz; SANTOS, Gerluce de Jesus; SANTOS FILHO, Adelmo dos. *Negras intelectuais e ensino de Psicologia: epistemicídio e representatividade*. Revista Com Ciência - Multidisciplinar, Serrinha, v. 5, n. 7, p. 67-76, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36112/issn2595-1890.v5.i7.p67-76>.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KERR, Lígia Regina Franco Sansigolo; KENDALL, Carl. *A pesquisa qualitativa em saúde*. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, Fortaleza, v. 14, n. 6, p. 1061-1063, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3240/324029419001.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Paulo Gomes. *Pesquisa qualitativa em educação: estratégias predominantes*. Ensaios Pedagógicos, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2018.

LITERAFRO – Literatura e Afrodescendência no Brasil. *Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2025. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 2 out. 2025.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2013. p. 337-382.

MOMBAÇA, Jota. *Palestra proferida no Ciclo de Conferências Vozes do Sul: lugar de fala*, 2017. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/jeferson.isaac/videos/1565383996857643>. Acesso em: 10 maio 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

NEVES, Josélia Gomes. *Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação*. In: CAMARGO, Maria Rosa (org.); SANTOS, Valdeci Cláudia de Carvalho (colab.). Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010. p. 123-140. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-09.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula Perin. *Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100017>.

PINANGÉ, Daniella Sotero de Barros et al. *“Quarto de despejo”: relato de uma vivência dialogada*. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n2/04.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; ESTEVAM, Rebeca Anselmo; MARTINS, Thiago de Melo. *Pesquisa (auto)biográfica*. Ensaios Pedagógicos, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 45-53, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14244/enp.v2i1.64>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SANTOS, Maria Lúcia Pacheco Duarte dos; CAVALCANTE, Cláudia Valente; OLIVEIRA, Daniele Lopes. *Epistemologias contra-hegemônicas para internacionalização da educação superior*. Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, v. 34, n. 4, p. 697-705, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18224/frag.v34i4.14286>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VEIGA, Ana Maria. *Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0101>.